

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

O Serviço Social do Comércio - Departamento Regional do Sesc no Amazonas, instituição de direito privado sem fins lucrativos, criado pelo Decreto-Lei Nº 9853, de 13/9/1946, com regulamento aprovado pelo Decreto Federal Nº 61.836, de 5/12/1967, por meio da Comissão Permanente de Licitação formalmente constituída, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, de acordo com os critérios de aceitabilidade contidos neste Instrumento Convocatório, que será regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos, Resolução SESC nº 1.593/2024, de 02/05/2024, aprovada pelo Conselho Nacional do Serviço Social do Comércio e conforme disposições deste instrumento convocatório e de seus anexos.

Ressaltando-se que o processo decorrente não é regido pela Lei nº 14.133/2021 (licitações e contratos da Administração Pública) ou outra norma similar, exceto pelas aqui referenciadas.

O processo licitatório será conduzido pela Comissão Permanente de Licitação designada em ato normativo.

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 Local da sessão: Portal de Compras do Governo Federal www.ComprasNet.gov.br.

1.2 Data: **26/05/2026**

1.3 Horário de Brasília: **10h30min**

1.4 Código UASG: **928123**

1.5 Nome da UASG: **Serviço Social do Comércio/AM**

1.6 Havendo motivos de força maior ou caso fortuito, de notório conhecimento, que impeçam a realização na data e horário marcado, a Comissão Permanente de Licitação, a seu critério exclusivo, poderá prorrogar o horário por período que considerar necessário, ou ainda, alterar a data da sessão, sem que caiba às licitantes presentes qualquer reclamação ou indenização judicial ou extrajudicial.

1.7 Não se aplica a presente licitação as disposições contidas na Lei Complementar nº 123/2006.

1.7.1 As licitantes que ofertarem lance de desempate em favorecimento ao tratamento previsto na Lei Complementar nº 123/2006, serão sumariamente DESCLASSIFICADAS, tendo em vista que não há esta previsão no regulamento do Sesc.

1.8 Apesar das disposições constantes no sistema ComprasNet, a presente licitação será regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela

Resolução do Conselho Nacional do Sesc nº 1.593/2024, de 02/05/2024.

2 OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação consiste em **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CÂMARAS FRIGORÍFICAS (CONGELADOS E RESFRIADOS) INSTALADAS NAS UNIDADES DO SESC/AM, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA TÉCNICA, FERRAMENTAS, INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO, INSUMOS DE MANUTENÇÃO E EVENTUAL REPOSIÇÃO/SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E MONITORAMENTO DE TEMPERATURA**, em conformidade com o discriminado no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** e demais disposições que compõem o presente Edital e seus anexos.

2.2 Em caso de discordância entre o objeto e as especificações no ComprasNet e no Edital, prevalecerá o último.

2.3 A licitação será realizada, julgada e aprovada pela Administração do Regional e será homologada pela Presidência do Conselho Regional do Sesc/AM ou autoridade designada.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação as empresas legalmente constituídas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, que atenderem todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e que estejam devidamente cadastradas junto ao órgão Provedor do Sistema.

3.2 A participação nesta licitação implica total e irrestrita concordância com todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3.3 A admissão de empresas em regime de recuperação judicial dependerá da prévia apresentação de certidão emitida pela instância judicial competente declarando estarem as mesmas aptas, econômicas e financeiramente, participar do presente procedimento licitatório.

3.4 Estarão impedidas de participar desta licitação as empresas que:

3.4.1 Estejam sob decretação de falência, dissolução ou liquidação;

3.4.2 Estejam suspensas de licitar com o SESC/AM;

3.4.3 Tenham participação, a que título for, de dirigentes ou funcionários do SESC – Departamento Nacional e Administrações Regionais, ou de empresas reunidas em consórcio;

3.4.4 Pessoa jurídica do mesmo grupo econômico ou com os mesmos sócios de outra que esteja participando desta licitação.

3.5 Fica vedada a participação nesta licitação de empresa que tenha sido formalmente declarada inidônea ou suspensa do direito de licitar e contratar com o Sesc/AM, em decorrência de decisão administrativa fundamentada, proferida em processo regular, enquanto perdurarem os efeitos da penalidade aplicada.

3.6 As empresas que estiverem na condição descrita no item 3.5 serão desclassificadas/inabilitadas imediatamente após o conhecimento da comissão de licitação de sua condição de impedimento.

3.7 O CNPJ apresentado pela licitante para sua habilitação será, obrigatoriamente, o mesmo a receber a Ordem de Compra ou documento equivalente bem como o mesmo a emitir a nota fiscal/fatura correspondente ao fornecimento do objeto.

3.8 Como requisito para a participação nesta licitação, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

- a)** Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste edital e anexos;
- b)** Não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 7º, inciso XXXIII.

4 CREDENCIAMENTO

4.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão Eletrônico.

4.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.compranet.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4 É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe atentar para todas e quaisquer transações efetuadas, bem como para as informações inseridas diretamente no Portal pelo próprio licitante ou por seu(s) representante (s).

4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Sesc/AM responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 É de responsabilidade do usuário cadastrado no Sistema conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique qualquer inconsistência ou necessidade de atualização.

4.7 O Sesc/AM não é unidade cadastradora do Sistema Eletrônico. As licitantes interessadas em participar da licitação deverão verificar no site do ComprasNet.

4.8 Deverá obrigatoriamente ser assinalado no sistema ComprasNet o Termo de

Aceitação, declarando que cumpre e está ciente de todas as declarações contidas no termo de aceitação.

5 PROPOSTA COMERCIAL, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E FASE DE CLASSIFICAÇÃO

5.1 A licitante deverá encaminhar sua proposta, exclusivamente, por meio do sistema, mediante solicitação do pregoeiro.

5.2 Quando convocados em anexo, o licitante terá no mínimo 2 (duas) horas, para enviar suas propostas ajustadas, conforme solicitação do pregoeiro.

5.3 A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5.4 A elaboração da proposta é de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo a desistência, sob pena de aplicação das sanções previstas neste edital e anexos.

5.5 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não cabendo qualquer responsabilidade ao Sesc/AM, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou de eventual desconexão.

5.6 É facultado à Comissão Permanente de Licitação do Sesc/AM realizar diligências para sanar falhas formais da proposta.

5.7 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Sesc/AM responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.8 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no portal eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.9 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.10 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após conclusão das fases de negociação e julgamento da proposta.

5.11 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante somente serão disponibilizados para *download* e avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.12 As propostas terão validade de, no mínimo, de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no item 1 (**DISPOSIÇÕES INICIAIS**) deste Edital.

5.13 A empresa deverá apresentar preço unitário por item e total, valor global em

algarismo e por extenso, indicados em moeda corrente nacional.

5.14 Deverão estar incluídas no preço todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para o Sesc, tais como: todos os custos decorrentes da entrega em local definido no edital, tributos, tarifas, frete, seguro, e quaisquer outros custos e despesas que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto. O valor proposto não poderá ultrapassar duas casas decimais.

5.15 Não serão aceitas propostas com a descrição genérica, bem como aquelas que não obedecerem às condições expostas no item 5 acima exposto.

5.16 O licitante que não informar na proposta, prazo de entrega, validade da proposta, forma de pagamento, local de entrega do objeto licitado ficará obrigado às condições constantes do instrumento convocatório.

5.17 O Pregoeiro e Equipe de Apoio analisarão as Propostas de Preços encaminhadas, desclassificando aquelas que estiverem em desacordo com o instrumento convocatório.

5.18 Em consonância com o estabelecido no presente Edital e em seus Anexos, caberá ao Pregoeiro registrar e disponibilizar a decisão no portal eletrônico para possibilitar o acompanhamento em tempo real pelos licitantes.

5.19 O Pregoeiro, no exercício de suas atribuições, poderá requerer manifestação técnica de setor especializado ou de colaborador com competência técnica específica sobre o objeto licitado, visando embasar e orientar sua decisão. Tal prerrogativa decorre da necessidade de assegurar maior precisão e fundamentação às análises realizadas, especialmente em casos de maior complexidade técnica.

5.20 PREPOSTO/REPRESENTANTE: A proposta deverá conter a indicação do nome do preposto/representante da empresa, que será a conexão entre o Sesc/AM e a CONTRATADA, informando seu telefone, e-mail e endereço. Após homologação do certame, o preposto indicado será responsável por prestar todos os esclarecimentos referentes aos serviços contratados.

5.21 ASSINATURA DO TERMO: Na proposta também deverá constar a identificação do representante legal da empresa que assinará o Termo de Registro de Preços.

5.22 Não serão aceitas propostas com a descrição genérica, bem como aquelas que não obedecerem às condições expostas nos itens acima expostos.

5.23 O licitante que não informar na proposta, prazo de entrega, validade da proposta, forma de pagamento, local de entrega do objeto licitado ficará obrigado às condições constantes do instrumento convocatório.

5.24 Os termos constantes na proposta apresentada são de exclusiva responsabilidade do licitante.

5.25 O Pregoeiro e Equipe de Apoio analisarão as Propostas de Preços encaminhadas, desclassificando aquelas que estiverem registradas apresentando irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou que imponham condições ou ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital.

5.26 O Pregoeiro desclassificará as propostas que:

5.26.1 Não atenderem às exigências deste Edital e Anexos ou da legislação aplicável.

5.26.2 Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

5.27 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.28 Caso haja o vencimento da proposta sem que a licitação tenha sido homologada, adjudicada e o instrumento contratual assinado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal do licitante, através de correspondência dirigida a Comissão Permanente de Licitação, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

5.29 Para materiais oriundos de outros estados, a empresa fornecedora deverá considerar os 20% (vinte por cento) do ICMS, devido a Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas não dispensar a diferença de alíquota, que deverá constar na emissão da nota fiscal.

5.30 Esta Instituição é isenta do pagamento do IPI, sendo registrada na Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) a inscrição sob o Nº 20.0118.27-7.

5.31 Deverão constar na Nota Fiscal, nome, nº. do banco, agência e nº. da conta corrente na qual deverão ser creditados os pagamentos.

6 FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas nas “Disposições Iniciais” deste Edital, no site: www.ComprasNet.gov.br;

6.2 Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, Pregoeiro ou de sua desconexão.

6.2.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes com propostas aceitas, poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento do valor.

6.2.2 As licitantes poderão, durante o horário fixado para o recebimento de lances, oferecer lances sucessivos, com valores inferiores ao último por eles ofertados e registrados no sistema, observados o horário fixado para abertura da sessão e regras estabelecidas neste Edital.

6.3 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

6.4 No modo de disputa “aberto” a sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos, os quais serão prorrogados de 02 (dois) em 02 (dois) minutos até que não haja mais lance, neste intervalo de tempo.

6.5 Quando a sessão pública encerrar sem que haja a prorrogação, ou seja, no caso de nenhum licitante ofertar lance nos 02 (dois) minutos finais, o pregoeiro poderá,

assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, almejando acesso à melhor proposta.

6.6 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

6.7 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.8 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.9 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.10 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.11 Em caso de empate entre duas ou mais propostas/lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, realizados automaticamente no Sistema ComprasNet, seguindo a ordem abaixo:

6.11.1 Empresa que declare em campo próprio do sistema comprasgov que desenvolve Programas de Integridade.

6.11.1.2 Os licitantes que utilizarem esse critério de desempate devem apresentar documentos que comprovem a situação no momento da apresentação da proposta.

6.12. Permanecendo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por Empresas estabelecidas no território do Estado do Amazonas;

6.12.1 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos, e persistindo o empate entre duas ou mais propostas, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

6.12.2 O sorteio será realizado de forma automática, aleatória e independente pelo Sistema ComprasGov, sem qualquer interferência do Pregoeiro.

6.13 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento, valor total do item, serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer majoração. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.13.1 Caso a proposta de preços seja considerada inexequível, deverá o Pregoeiro e Equipe de Apoio efetuar diligência e convocar a licitante para comprovar a exequibilidade da proposta, sob pena de desclassificação.

6.13.2 A licitante poderá utilizar de qualquer tipo de prova fidedigna e suficiente para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, a exemplo de planilhas aberta de custos, tabela de preços oficiais, cópia de contratos de objetos similares ao licitado com outras entidades, etc.

6.14 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.15 No caso de desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá início somente após comunicação expressa aos participantes, no site: www.ComprasNet.gov.br.

6.16 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros valores, valerá o último lance por ele ofertado para efeito de ordenação das propostas.

6.17 Ensejará a desclassificação da proposta preços excessivos, manifestamente superiores ao limite de preços do mercado, e preços manifestamente inexequíveis, passíveis de comprovação.

7 NEGOCIAÇÃO

7.1 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá solicitar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação. Não será admitido negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8 ENVIO E ANÁLISE DA PROPOSTA

8.1 A licitante deverá encaminhar proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no site www.ComprasNet.gov.br, em até 02 (duas) horas a contar da sua convocação, quando então encerrar-se-á automaticamente o prazo de recebimento da proposta.

8.2 A empresa deverá apresentar preço unitário, **valor total por item e valor total em algarismo e por extenso**, incluindo, obrigatoriamente, todas as despesas com encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, impostos, frete, despesas diretas e indiretas, em geral e demais condições de fornecimento que sejam devidas em decorrência, direta e indireta, do fornecimento do objeto desta licitação.

8.3 A licitante convocada deverá informar o Pregoeiro, dentro do prazo previsto no item 8.1 deste edital, caso enfrente dificuldade em atender a convocação. Neste caso, ser-lhe-á concedido um prazo adicional a critério do Pregoeiro.

8.4 Em caso de inconformidades sanáveis, a proposta poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço unitário e total proposto na fase de lances.

8.5 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do sistema ofertado, tais como catálogos, folhetos, manuais ou prospectos, encaminhados por meio eletrônico.

8.6 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.7 A não apresentação da Proposta de Preços, bem como os documentos relativos à Habilitação, ou o envio em desconformidade com as exigências contidas neste Edital, implicará na desclassificação e/ou inabilitação da licitante e convocação da próxima para envio de proposta no mesmo prazo. Se for necessário, esse procedimento se repetirá sucessivamente, até a apuração de uma oferta que atenda a este Edital e Anexos.

8.8 Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

8.8.1 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Coordenação de Licitação – na Sede do Sesc/AM, localizada na Rua Henrique Martins, nº 427, 1º andar do Edifício David José Tadros, Centro, Manaus-AM, CEP: 69010-010, em envelope único, devendo conter as seguintes informações:

- Pregão Eletrônico nº: **010/2026**
- Razão Social:
- CNPJ da empresa:
- Telefone:
- E-mail:

8.9 Os documentos emitidos por cartório *on-line* poderão ser apresentados, desde que acompanhados de seus respectivos certificados digitais para conferência do Pregoeiro.

8.10 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.11 O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.12 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta motivadamente e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

8.13 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.14 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para sua continuidade.

8.15 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e declarada a licitante vencedora, o Pregoeiro consignará esta decisão em ata própria, que será disponibilizada no sistema eletrônico, e encaminhará o processo a Seção de Compras para o preenchimento do mapa de homologação e adjudicação, a ser aprovado pela Autoridade Competente.

8.16 Quando forem omitidos na proposta os prazos de entrega, será entendido que os mesmos serão os estabelecidos no Edital.

9 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cédula de identidade do representante legal da empresa ou de seu procurador, quando este for o signatário da Proposta;
- b) Prova de registro no órgão competente no caso de empresário individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas últimas alterações (**será aceita a alteração consolidada**), com a indicação do Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE), compatível com o objeto da licitação, e onde possa ser comprovada a representação legal do signatário da proposta ou procuração, sendo que no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, tudo devidamente registrado no órgão competente.

9.1.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.2.1 Além dos documentos previstos neste instrumento convocatório e na Resolução SESC Nº 1.593/2024, as empresas deverão apresentar os seguintes documentos para verificação de sua qualificação técnica:

- a) Comprovar, através de **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, que a empresa tenha executado os serviços compatíveis com objeto de *manutenção preventiva/corretiva em câmaras frigoríficas e/ou sistemas de refrigeração comercial/industrial, com indicação de complexidade compatível (quantidade mínima de equipamentos atendidos, ou número de visitas/mês, ou abrangência multissítio)*. Esse documento deverá ser emitido em papel timbrado, pelo órgão público ou pela empresa privada que foi atendida, devidamente assinado por representante legal ou cargo de confiança. Esse atestado deverá ser expedido contendo, razão social da pessoa jurídica que expediu, bem como, CNPJ, endereço, telefone e e-mail.
- b) Comprovação de que possui equipe técnica compatível (mínimo de técnicos, supervisão, disponibilidade para chamados).
- c) Comprovação de que os técnicos responsáveis pela execução possuem formação técnica compatível, tais como:
 - Técnico em Refrigeração e Climatização;
 - Técnico em Eletromecânica;
 - Técnico em Eletrotécnica;
 - ou cursos técnicos correlatos à área de refrigeração.
- f) O Sesc/AM se reserva o direito de diligenciar sobre a veracidade das informações contidas nos Atestados de que trata o subitem anterior..
- g) O Sesc/AM poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de complementar informações ou comprovar a veracidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado (s) pelo licitante, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), Nota(s) Fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o serviço apresentado no atestado foi prestado.

h) Apresentar o **Atestado de Visita Técnica** ao local onde serão executados os serviços ou **Declaração de Renúncia de Visita Técnica** do Sesc/AM, comprovando que os responsáveis técnicos da empresa receberam todas as informações pertinentes à execução dos serviços, conforme modelo descrito no **ANEXO IV e ANEXO V**, respectivamente, deste Edital. Não será aceito profissional autônomo. **(QUANDO APLICÁVEL)**

9.1.3 REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do licitante, na forma da lei. Se o licitante não for contribuinte deverá apresentar Certidão de Não-Contribuinte;
- d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal, constando de: Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, da sede e da filial quando esta for a licitante, vigente.
- e) Certidão de Regularidade Fiscal (CRF), junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, no cumprimento dos encargos instituídos por lei, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.1.3.1 Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Federal, Estadual, Municipal e Poder Judiciário da Justiça do Trabalho sejam POSITIVAS, o Sesc se reserva o direito de só aceitá-las se as mesmas contiverem expressamente o efeito de NEGATIVA, nos termos dos artigos 205 e 206 do Código Tributário Nacional, passado pelo seu emitente.

9.1.3.2 Sendo ou não contribuinte, o licitante fica obrigado a apresentar as certidões de regularidade expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, nos termos das alíneas “c” a “d” do subitem 9.1.3 deste edital.

9.1.3.3 Todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante e com o número do CNPJ e endereço respectivo. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

9.1.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

9.2 As documentações supracitadas deverão ser apresentadas na forma da lei vigente.

9.3 O Pregoeiro poderá consultar as certidões a que se referem às alíneas **c, d, e e f**

do item 9.1.3 no Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, para verificação das condições de habilitação das licitantes.

9.4 Caso a licitante esteja com algum documento ou informação vencido ou não atualizado no SICAF, ser-lhe-á assegurado o direito de encaminhar, na própria sessão, a documentação atualizada.

9.5 No caso de documentos extraídos da internet, será facultado ao Pregoeiro realizar pesquisa para efeito de confirmação da veracidade ou validade desses.

9.6 As provas referidas nas alíneas **a** e **b** do subitem 9.1.3 poderão ser feitas por meio de documentos.

9.7 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos neste Edital.

9.8 É facultado ao pregoeiro realizar diligências para sanar falhas formais na documentação de habilitação.

9.9 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou dos documentos e a sua validade jurídica, desde que devidamente justificado.

9.10 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas até o final da sessão pública de processamento do Pregão, seja por substituição ou apresentação de documentos, seja por verificação através de meio eletrônico.

9.11 As diligências mencionadas no subitem 9.3 ficarão prejudicadas caso o acesso via internet esteja indisponível, por qualquer que seja a razão, ou as informações contidas nos referidos sites não sejam suficientes para atestar a regularidade fiscal da licitante, fato que ensejará a inabilitação da empresa.

9.12 Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema ComprasNet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

9.13 O Sesc/AM não autenticará documentos, mesmo à vista dos originais, sendo que os documentos apresentados integrarão o processo.

9.14 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

9.15 Serão inabilitadas do certame as licitantes que apresentarem documentação em desconformidade com o solicitado neste Edital e Anexos.

9.16 A documentação de habilitação deverá estar válida na data da Sessão Pública e/ou data da convocação. Quando não constar o prazo de validade nos documentos listados, esta será considerada como sendo de 120 (cento e vinte) dias corridos contados da expedição das mesmas.

9.17 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

10 JULGAMENTO

10.1 O julgamento desta licitação será feito pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as demais condições deste edital e seus anexos.

10.2 Os lances apresentados deverão referir-se ao valor **global** constante na proposta.

10.3 Todos os documentos apresentados estarão sujeitos à conferência posterior àquela realizada durante a sessão.

10.4 Caso ocorra alguma irregularidade que cause danos ao processo, a empresa classificada em primeiro lugar para o fornecimento será chamada a se justificar. Se a justificativa não for satisfatória, e ocorrer desclassificação, serão analisadas, na ordem de classificação, as propostas dos demais licitantes, para que dentro dos procedimentos previstos nesta Licitação, seja classificada em primeiro lugar para o fornecimento a empresa que primeiro cumprir todas as exigências.

10.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, cabendo à Comissão Permanente de Licitação decidir sobre o pedido de impugnação.

11.1.1 Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e encaminhados, na forma eletrônica, para o *e-mail* licitacao.sesc@sesc-am.com.br, ou, na impossibilidade, devendo ser protocolados no Gabinete Executivo – na Sede do Sesc Amazonas, localizada na Rua Henrique Martins, nº 427, 1º andar da Sede Administrativa, Centro, Manaus-AM, CEP: 69010-010, no horário de 8h30 às 16h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

11.1.2 Não sendo feito neste prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo ao licitante o direito a qualquer reclamação posterior.

11.1.3 Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser enviados em papel timbrado da licitante e devidamente assinado, obedecendo os dias e os horários estabelecidos no subitem 11.1.1.

11.1.4 Em caso de impugnação interposta por pessoa jurídica, deverá ser também digitalizado e juntado o instrumento de procuração ou contrato social, em original ou cópia autenticada, aptos a demonstrarem que o signatário das peças detém poderes para representar a licitante.

11.2 O Sesc/AM não se responsabiliza por *e-mails* que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador do emissor.

11.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.3.1 As respostas serão disponibilizadas a todos os licitantes através do site do Sesc/AM: www.sesc-am.com.br/licitacao e no ComprasNet, até o dia anterior à data marcada para abertura das propostas.

11.3.2 Acolhida a petição contra o Edital ou havendo necessidade de prazo maior para julgamento da questão, nova data será designada pelo Pregoeiro para a realização do certame, informando às licitantes por meio do sistema.

11.3.3 Para fins de contagem de prazo, deverá ser excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, devendo os dias serem contados consecutivamente, sendo que seu início e término se dará sempre em dia de funcionamento do Sesc/AM.

12 RECURSOS E CONTRARRAZÕES

12.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

12.1.1 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.1.2 A licitante que manifestar intenção de recurso deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis, conforme previsto no Art. 30 da Resolução Sesc nº 1.593/2024. As demais licitantes ficam, desde já, intimadas a, se desejarem, apresentarem contrarrazões no mesmo prazo, que começará a contar a partir do término do prazo para a apresentação do recurso. Será garantido aos interessados o acesso imediato aos elementos essenciais para a defesa de seus interesses.

12.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a encaminhar o processo para adjudicação e homologação.

12.3 A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.

12.4 O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.6 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

12.7 Caso a licitante classificada em primeiro lugar seja desclassificada, depois de julgados os recursos interpostos e até a homologação/adjudicação do processo licitatório, será procedida a chamada das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que a segunda classificada, desde que preencha as condições de habilitação, seja declarada vencedora, nas condições de sua Proposta Vencedora.

12.8 Os recursos terão efeito suspensivo.

13 INTERPOSIÇÃO, IMPUGNAÇÃO E JULGAMENTO DE RECURSOS

13.1 Da desclassificação das propostas comerciais somente caberá pedido de reconsideração à Comissão Permanente de Licitação, com a justificativa de suas razões, a ser apresentado, **durante a sessão pública** em que for proferida.

13.2 A Comissão Permanente de Licitação analisará e decidirá de imediato o pedido de reconsideração, sendo-lhe facultado, para tanto, suspender a Sessão Pública.

13.3 Da decisão da Comissão Permanente de Licitação relativa ao pedido de reconsideração não caberá recurso.

13.4 As decisões referentes a este Pregão serão divulgadas no site www.sesc-am.com.br/licitacao e no ComprasNet, sendo de inteira responsabilidade da licitante o acompanhamento da divulgação de cada fase.

13.5 Não serão conhecidos impugnações e recursos interpostos fora das condições e dos prazos estabelecidos neste Edital.

14 HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

14.1 Concluídos os procedimentos no sistema ComprasNet, o processo será encaminhado pela Seção de Compras para a homologação interna da licitação e posterior emissão do OC – Ordem de Compra bem como assinatura do Termo de Registro de Preços ou Instrumento Contratual.

14.2 Homologado internamente, o processo licitatório, a licitante vencedora será convocada a assinar o Termo de Registro de Preços ou Instrumento Contratual em até 03 (três) dias corridos (ANEXO III).

14.3 O prazo de convocação para assinatura do Termo de Registro de Preços ou Instrumento Contratual, poderá ser prorrogado 1(uma) única vez, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso, desde que devidamente justificado e aceito pela Instituição.

14.4 Se a licitante vencedora não cumprir com o prazo para assinatura ou retirada do termo ou instrumento contratual, ou recusar a assiná-lo ou recebê-lo, a Seção de Compras convocará, sucessivamente, as licitantes remanescentes na ordem de classificação, até que seja declarado o novo vencedor.

14.5 Caso o licitante vencedor não compareça para a assinatura, ou se recuse a tal, injustificadamente, terá seus preços invalidados e será penalizado com a suspensão do direito de licitar e contratar com o Sesc/AM pelo prazo de até 03 (três) anos, além das demais penalidades previstas em lei e neste instrumento convocatório.

14.6 Havendo fixação de obrigações preliminares à assinatura do Termo de Registro de Preços, dispostas nos Anexos deste Edital, o não cumprimento importará na convocação sucessiva das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, até que seja declarado o novo vencedor que as atenda.

15 PENALIDADE/SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 É vedado aos licitantes descumprir as normas dos editais de licitação e seus anexos, considerando-se como descumprimento, dentre outras, as seguintes condutas:

- a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação, conluio ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa ou recusar-se, injustificadamente, a apresentar documentos que lhe sejam solicitados, dentro do prazo cabível;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não manter a proposta apresentada.

15.2 A recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, e poderá acarretar ao licitante: à perda do direito à contratação, à perda das garantias de propostas oferecidas, bem como a aplicação de suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sesc pelo período de até 3 (três) anos.

15.3 O prazo de convocação referido no subitem 15.2 poderá ser prorrogado uma única vez, desde que a prorrogação seja solicitada pela parte interessada durante o transcurso do prazo original, mediante apresentação de motivo devidamente justificado e aceito pelo Sesc/AM, conforme o disposto no artigo 32, §1º da Resolução SESC nº 1.593/2024.

15.4 Havendo inadimplemento total ou parcial dos serviços contratados, o fornecedor fica sujeito às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% do valor do total;
- c) rescisão contratual;
- d) impedimento de licitar com o SESC pelo período de até 03 (três) anos.

15.5 As multas e outras penalidades aplicáveis só poderão ser relevadas nos casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados, mediante decisão fundamentada.

15.6 Ensejará em impedimento do direito de licitar, com aplicação de abrangência nacional, por um período mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, nos seguintes casos:

- a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, ou fornecimento de declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) Fraude durante o processo licitatório ou na execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo ou prática de qualquer tipo de fraude;
- d) Realização de atos ilícitos com o intuito de frustrar os objetivos da licitação.

15.6.1 As penalidades estabelecidas são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutiva, a critério do Sesc/AM, e será garantida a concessão de ampla defesa.

16 PAGAMENTOS

16.1 O pagamento pelo fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado diretamente na conta bancária indicada pela licitante vencedora, no prazo de até 15(quinze) dias úteis após a entrega da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo

requisitante ou a quem este delegar poderes, na qual deverá estar especificada a quantidade fornecida, com o respectivo valor unitário e total e a comprovação de recebimento pelo Sesc Amazonas.

16.2 Na nota fiscal deverão constar os dados bancários para depósito do valor devido relativo ao fornecimento do objeto desta licitação.

16.3 O Sesc/AM não realiza pagamento por meio de boleto bancário.

16.4 Para atesto e posterior envio para pagamento, a nota fiscal deverá ser apresentada pela empresa ao Sesc/AM devidamente acompanhada de prova de regularidade relativa:

- a) à Fazenda Federal e Seguridade Social – INSS (Conjunta);
- b) à Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou da sede da licitante;
- c) ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; e
- d) à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

16.5 A documentação acima deverá ser apresentada na forma da lei vigente, podendo ser substituída pela Certidão emitida pelo Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, como documento comprobatório de regularidade fiscal.

16.6 Caso o faturamento apresente alguma incorreção, a nota fiscal será devolvida para a devida correção e o prazo de pagamento alterado sem quaisquer ônus para o Sesc/AM.

16.7 Em razão das obrigações acessórias decorrentes da Legislação vigente que regem os tributos e contribuições incidentes sobre os pagamentos das notas fiscais correspondentes ao objeto da licitação, o Sesc/AM também poderá fazer, caso haja incidência, as retenções devidas ao IR, INSS, PIS, COFINS e Contribuição Social.

16.8 Os pagamentos efetuados após decorrido o prazo estipulado serão corrigidos monetariamente pelos índices oficiais em vigor.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 As partes, por si, seus gestores, empregados e prepostos, declaram que os dados pessoais pertinentes serão utilizados, única e exclusivamente para as finalidades contratuais, dando perfeito cumprimento às regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709 de 14/08/2018).

18 DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Todas as informações da presente licitação, tais como os esclarecimentos de dúvidas, erratas, adendos, julgamentos, recursos, resultados e outros estarão disponíveis da página eletrônica oficial da entidade www.sesc-am.com.br/licitacao.

18.1.1 A licitante deverá, obrigatoriamente, acompanhar as informações deferidas no item anterior no site, durante o processo licitatório até a adjudicação ao vencedor, eximindo-se o Sesc/AM da responsabilidade das alegações de desconhecimento de quaisquer informações sobre a presente licitação.

18.2 A participação nesta licitação implica na inteira aceitação de todos os termos deste Edital e seus anexos.

18.2.1 É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto deste Edital.

18.3 Não constituirão motivo de desclassificação simples omissões, irrelevantes para o entendimento das propostas ou que não causem prejuízo para a Administração, nem firam os direitos das demais licitantes.

18.4 A instituição se resguarda do direito de realizar visita técnica, caso julgue necessário, através do Técnico designado pelo Requisitante, nas instalações do licitante vencedor, devendo emitir parecer técnico por ocasião da visita.

18.4.1 Instalações consideradas inadequadas, na forma do subitem 18.4, poderá ocasionar a desclassificação do Licitante.

18.5 O Sesc/AM reserva-se o direito de revogar ou cancelar a presente licitação na forma prevista em lei, nos termos do art. 62 da Resolução Sesc Nº 1.593/2024, sem que caiba à(s) licitante(s) direito à indenização ou reclamação de qualquer espécie.

18.6 A Comissão Permanente de Licitação, observadas as disposições gerais pertinentes a qualquer fase do processo desta licitação, reserva-se o direito de solicitar aos licitantes esclarecimentos complementares necessários para uma perfeita apreciação e julgamento das propostas.

18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos no presente edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-á dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de funcionamento do Sesc/AM.

18.8 A contratada e seus sucessores se responsabilizarão por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, venham causar à imagem do Sesc/AM e/ou terceiros, em decorrência da execução indevida do objeto da licitação.

18.9 Independentemente de declaração expressa, a apresentação dos documentos e da proposta implica a aceitação plena e total das condições e exigências deste instrumento convocatório e seus anexos, a veracidade e autenticidade das informações constantes nos documentos apresentados, e ainda, a inexistência de fato impeditivo a participação da empresa, o qual na incidência obriga o licitante a comunicar ao Sesc/AM, quando ocorrido durante o certame.

18.10 As empresas licitantes são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes dos documentos apresentados.

18.11 Os pagamentos efetuados, após decorrido o prazo estipulado, serão corrigidos monetariamente pelos índices oficiais em vigor.

18.12 A proposta, após sua abertura, vincula o licitante aos termos do presente edital e da Resolução SESC Nº 1.593/2024.

18.13 Os casos omissos neste edital e as dúvidas suscitadas serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação.

18.14 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III – Minuta de Contrato

ANEXO IV – Atestado de Visita Técnica

ANEXO V – Declaração de Renúncia de Visita Técnica

ANEXO VI – Inventário de equipamentos

ANEXO VII - Relação de peças mínimas para substituição (se necessário) de
responsabilidade da contratada

ANEXO VIII - Relação de serviços mínimos de manutenção preventiva

Manaus, 12 de maio de 2026.

SEÇÃO DE COMPRAS
SESC/AM

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1. O presente tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CÂMARAS FRIGORÍFICAS (CONGELADOS E RESFRIADOS) INSTALADAS NAS UNIDADES DO SESC/AM, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA TÉCNICA, FERRAMENTAS, INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO, INSUMOS DE MANUTENÇÃO E EVENTUAL REPOSIÇÃO/SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E MONITORAMENTO DE TEMPERATURA, conforme condições deste Termo de Referência e anexos.**

1.2. O objeto abrange, no mínimo:

- a) Manutenção preventiva programada (rotina mensal, conforme plano de manutenção);
- b) Manutenção corretiva sob demanda (atendimento por chamado);
- c) Diagnóstico técnico, testes operacionais, calibração e ajustes;
- d) Relatórios técnicos e registros de execução por câmara/unidade;
- e) Reposição de peças, quando necessária, conforme disciplina de autorização e orçamento.

2 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1.1. As câmaras frigoríficas abrangidas estão relacionadas no **ANEXO I – INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTOS**, com identificação mínima: unidade/local, fabricante, modelo, nº patrimônio/serial (se houver), tipo (resfriado/congelado), capacidade, tensão, tipo de controladora/termostato e componentes relevantes.

2.1.2. Caso o inventário seja atualizado durante a vigência contratual (entrada/baixa de equipamento), o Sesc/AM comunicará formalmente à CONTRATADA, registrando o ajuste operacional (sem alteração de preço, salvo se previsto no orçamento base e no edital/contrato).

2.2 MANUTENÇÃO PREVENTIVA (PROGRAMADA)

2.2.1. A preventiva consiste em inspeções e intervenções planejadas para evitar falhas e garantir desempenho e segurança de operação, incluindo, no mínimo, atividades do tipo:

- a) inspeção geral do sistema e verificação de funcionamento;

- b) medições elétricas (tensão/corrente) e verificação de conexões;
- c) verificação e ajuste de controladores/termostatos e sensores (calibração quando aplicável);
- d) verificação de pressões/condições do circuito de refrigeração (quando aplicável);
- e) limpeza técnica de componentes relevantes (ex.: drenos, serpentinas/condensadores conforme acesso e necessidade);
- f) revisão e ajustes mecânicos: portas, vedação, dobradiças, fechamentos, alinhamentos;
- g) lubrificações e pequenos ajustes;
- h) testes operacionais e de estabilidade de temperatura.

2.2.2. Plano e cronograma: a CONTRATADA deverá apresentar, até 10 (dez) dias corridos após a assinatura, o cronograma mensal de preventiva por unidade e por câmara.

2.2.3. Registro: cada visita preventiva deverá gerar Relatório Técnico/Checklist por câmara, com data, horário, atividades executadas, medições, irregularidades ou não conformidades recomendações e outras informações que se tornarem necessárias.

2.3 MANUTENÇÃO CORRETIVA (SOB DEMANDA)

2.3.1. A manutenção corretiva visa restaurar o funcionamento diante de falha/defeito identificado por alarme, oscilação de temperatura, pane elétrica/mecânica, vazamentos, falha de componente etc.

2.3.2. Abertura de chamado: o Sesc/AM abrirá chamado por e-mail/telefone/WhatsApp corporativo, com identificação da unidade, equipamento, sintoma, criticidade e contato local.

2.3.3. SLA (nível de serviço) – prazos máximos (boa prática, alinhável ao histórico contratual):

a) Atendimento inicial (contato e orientação): até 2 horas (horário comercial) ou 4 horas (fora do horário);

b) Visita técnica: até 24 (vinte e quatro) horas a contar do chamado, para situações que comprometam armazenamento de alimentos.

Correção: conforme complexidade e disponibilidade de peça, com entrega de diagnóstico e prazo estimado ainda na primeira visita, sempre registrado em relatório.

2.3.4. Quando houver risco de perda de estoque/segurança sanitária, a CONTRATADA deverá orientar medidas de contingência (ex.: isolamento de câmara, transferência de produtos, ajustes operacionais), sem assumir decisões de gestão de estoque, que competem ao Sesc/AM.

2.4. PEÇAS, MATERIAIS E AUTORIZAÇÃO

2.4.1. A contratação adotará o de PEÇAS INCLUÍDAS, no qual o preço global contratado deverá contemplar:

- a) todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva;
- b) o fornecimento de peças, componentes, materiais e insumos necessários à reposição e funcionamento regular das câmaras frigoríficas, limitados ao rol mínimo definido no Anexo II – **ESCOPO DE PEÇAS INCLUÍDAS**;
- c) mão de obra especializada, ferramentas, instrumentos de medição, EPIs, deslocamentos e demais custos indiretos.
- d) Fornecer **peças novas, originais ou homologadas pelo fabricante**, vedada a utilização de componentes reconicionados sem prévia autorização formal;
- e) Garantir a **compatibilidade técnica** dos materiais com os equipamentos existentes;
- f) Apresentar **laudo técnico** para substituição de componentes de grande relevância, tais como compressores, evaporadores e condensadores;
- g) Assegurar a **rastreabilidade dos materiais**, quando aplicável;
- h) Manter **estoque mínimo de itens críticos**, de modo a reduzir o tempo de indisponibilidade do sistema;
- i) Executar os serviços em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente **ABNT, NR-10, NR-36**, bem como boas práticas de engenharia de refrigeração;
- j) Emitir relatório técnico detalhado após cada manutenção corretiva.

2.4.1.1. Não será admitida cobrança adicional por peças ou materiais que integrem o escopo mínimo definido no Anexo II, devendo tais custos estar absorvidos no preço global da proposta.

2.4.1.2. Eventuais peças não previstas no Anexo II, consideradas extraordinárias ou decorrentes de modernização tecnológica, somente poderão ser substituídas mediante:

I – diagnóstico técnico formal;

II – comprovação de incompatibilidade com as peças originalmente previstas;

III – autorização prévia e expressa da fiscalização do contrato.

2.4.2. Qualquer substituição de peça relevante deverá ser precedida de diagnóstico e aprovação do fiscal do contrato, com orçamento/estimativa e justificativa técnica.

2.4.3. O orçamento de peças deverá indicar, no mínimo: descrição, código/referência, marca, quantidade, valor unitário, prazo de entrega e garantia.

2.4.4. A manutenção preventiva será realizada obrigatoriamente com periodicidade MENSAL, abrangendo 100% das câmaras frigoríficas relacionadas no inventário, sem exceções.

2.4.4.1. A não realização da manutenção preventiva em qualquer câmara será considerada falha de execução, sujeita a glosa e penalidades.

2.4.4.2. Cada manutenção preventiva deverá gerar relatório individualizado por câmara, contendo checklist, medições, registros fotográficos quando aplicável e recomendações técnicas.

2.5 MONITORAMENTO E CONTROLE DE TEMPERATURA

2.5.1. O objeto da contratação compreende, obrigatoriamente, o monitoramento técnico da temperatura das câmaras frigoríficas, como atividade indissociável da manutenção preventiva e corretiva.

2.5.2. O monitoramento de temperatura abrange, no mínimo:

- a) verificação do funcionamento dos controladores/termostatos;
- b) conferência da aderência da temperatura interna aos parâmetros definidos para cada tipo de câmara (resfriados ou congelados);
- c) identificação de oscilações, falhas de leitura ou instabilidade operacional;
- d) registro das medições realizadas durante as manutenções preventivas e corretivas.

2.5.3. O monitoramento não se confunde com vigilância contínua 24h, mas constitui obrigação técnica essencial da CONTRATADA para diagnóstico, prevenção de falhas e preservação do funcionamento adequado das câmaras frigoríficas.

2.5.4. Sistema de Monitoramento Contínuo de Temperatura e Alertas

2.5.4.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, implantar, operar e manter, durante toda a vigência contratual, sistema de monitoramento contínuo de temperatura das câmaras frigoríficas, por meio de sensores eletrônicos dedicados, independentes ou integrados às controladoras existentes.

2.5.4.2. O sistema deverá realizar leituras automáticas e contínuas, com registro histórico (data, hora e temperatura), permitindo rastreabilidade e auditoria das condições térmicas das câmaras.

2.5.4.3. Deverá ser configurado mecanismo de detecção de desvios e oscilações de temperatura, considerando os limites operacionais definidos para cada tipo de câmara (resfriados ou congelados).

2.5.4.4. O sistema deverá emitir alertas automáticos sempre que identificada condição fora dos parâmetros estabelecidos, por meio de, no mínimo:

- a) e-mail corporativo;

- b) mensagem instantânea (SMS e/ou WhatsApp);
- c) painel de acompanhamento ou plataforma web, quando aplicável.

2.5.4.5. Os alertas deverão ser direcionados a usuários previamente definidos pela CONTRATANTE, incluindo equipe técnica, fiscalização do contrato e responsáveis operacionais da unidade.

2.5.4.6. A CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade do sistema, bem como o correto funcionamento dos sensores, comunicação e geração de alertas, realizando manutenções preventivas e corretivas sempre que necessário.

2.5.4.7. Os registros históricos de temperatura e eventos de alarme deverão ser disponibilizados à fiscalização sempre que solicitados, em formato eletrônico.

2.5.4.8. O sistema de monitoramento contínuo não substitui as obrigações de manutenção preventiva e corretiva, constituindo-se como ferramenta complementar de diagnóstico, prevenção de falhas e preservação do estoque.

2.6. GARANTIA MÍNIMA DOS SERVIÇOS

2.6.1. A Contratada deverá garantir os serviços executados na corretiva pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses para mão de obra, e a garantia das peças conforme fabricante/fornecedor, quando aplicável.

3 – JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

3.1. A contratação se justifica pela necessidade de manter em funcionamento contínuo as câmaras frigoríficas utilizadas para armazenamento de alimentos refrigerados e congelados nas unidades do Sesc/AM, evitando perdas de materiais, interrupções de abastecimento e riscos operacionais/sanitários, garantindo a continuidade das atividades institucionais.

4– CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1. O objeto é classificado como serviço comum e de natureza contínua, pois atende necessidade permanente de conservação/segurança sanitária e de abastecimento institucional.

4.2. O critério de julgamento da licitação será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerando o valor anual para execução integral do objeto, compreendendo:

- a) manutenção preventiva mensal em todas as câmaras frigoríficas;
- b) manutenções corretivas sob demanda;
- c) fornecimento de peças e materiais incluídos no escopo;
- d) todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços.

4.2.1 A adoção do critério de menor preço global se justifica pela natureza contínua e

integrada dos serviços, bem como pela necessidade de:

I – evitar fracionamento artificial do objeto;

II – assegurar previsibilidade orçamentária;

III – atribuir responsabilidade integral à contratada pela manutenção do sistema frigorífico como um todo.

4.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de última assinatura do contrato.

4.3.1 O contrato poderá ser prorrogado, no limite máximo de 10 (dez) anos, desde que as condições permaneçam vantajosas.

5 – CRITÉRIOS TÉCNICOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

5.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

5.3. A licitante deverá comprovar aptidão para executar serviços compatíveis com o objeto, mediante:

a) Atestado(s) de capacidade técnica (pessoa jurídica) de manutenção preventiva/corretiva em câmaras frigoríficas e/ou sistemas de refrigeração comercial/industrial, com indicação de complexidade compatível (quantidade mínima de equipamentos atendidos, ou número de visitas/mês, ou abrangência multissítio).

b) Comprovação de que possui equipe técnica compatível (mínimo de técnicos, supervisão, disponibilidade para chamados).

c) Comprovação de que os técnicos responsáveis pela execução possuem formação técnica compatível, tais como:

- Técnico em Refrigeração e Climatização;
- Técnico em Eletromecânica;
- Técnico em Eletrotécnica;
- ou cursos técnicos correlatos à área de refrigeração.

5.4. A exigência de qualificação técnica visa garantir a segurança operacional, a confiabilidade das intervenções e a preservação do patrimônio do Sesc/AM, não se caracterizando como restrição indevida à competitividade.

6 – ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

6.1. Vistoria técnica (facultativa): o licitante poderá realizar vistoria no local de instalação para verificar acesso, área útil, base de assentamento e disponibilidade elétrica, mediante agendamento com a CONTRATANTE.

6.2. A não realização da vistoria não inabilita, mas a licitante deverá declarar que conhece as condições para execução.

7 – ACEITABILIDADE DO OBJETO

7.1. A execução ocorrerá nas unidades do Sesc/AM, em dias e horários definidos em conjunto com a gestão local, garantindo:

- a) mínimo impacto às rotinas operacionais;
- b) segurança do local e dos trabalhadores;
- c) rastreabilidade (checklists/relatórios por visita).

7.2. A Contratada deverá fornecer todos os instrumentos, ferramentas e EPIs necessários para execução segura e adequada.

7.3. Documentos mínimos por atendimento:

- a) OS/Chamado (abertura);
- b) Checklist preventiva (quando aplicável);
- c) Relatório corretivo com diagnóstico, causa provável, solução aplicada, peças substituídas e recomendações;
- d) Evidências (fotos, medições, logs de controladora quando disponível).

8– CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1. O recebimento dos serviços ocorrerá em duas etapas:

I – Recebimento provisório, realizado pela fiscalização, mediante:

- a) conferência da execução do serviço;
- b) análise dos relatórios técnicos, checklists e evidências;
- c) verificação do cumprimento do escopo e dos prazos.

II – Recebimento definitivo, caracterizado pelo atesto da Nota Fiscal, após:

- a) validação da execução dos serviços pela fiscalização;
- b) saneamento de eventuais pendências;

c) confirmação da conformidade com este Termo de Referência e o contrato.

8.1.1. O atesto da Nota Fiscal constitui o recebimento definitivo do objeto, sendo condição para a contagem do prazo de pagamento.

8.2. Em caso de glosa, o Sesc/AM comunicará para emissão de NF com valor ajustado.

8.3. Não integram o escopo da contratação as intervenções de natureza estrutural ou civil, tais como:

a) recuperação ou substituição de pisos;

b) reformas estruturais;

c) adequações civis de portas, paredes ou luminárias.

8.3.1. As condições estruturais das câmaras frigoríficas são de responsabilidade do Sesc/AM.

8.3.2. Compete à CONTRATADA, contudo, comunicar formalmente à fiscalização quaisquer condições estruturais que comprometam o funcionamento dos equipamentos, apresentando relatório técnico e recomendação.

9 - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1.1. Designar fiscal(is) e permitir acesso às áreas técnicas mediante regras de segurança.

9.1.2. Fornecer informações disponíveis sobre equipamentos e histórico de falhas, e validar cronograma de preventiva.

9.1.3. Realizar o recebimento/atestes e efetuar pagamentos conforme condições pactuadas.

9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.2.1. Executar os serviços conforme este TR, proposta e contrato, com pessoal qualificado e recursos adequados.

9.2.2. Atender aos SLAs definidos (inclusive visita em até 24h quando aplicável à criticidade).

9.2.3. Fornecer relatórios, checklists e registros por câmara/unidade, mantendo histórico durante toda a vigência.

I – É de responsabilidade da contratada a elaboração do PMOC, assinado por profissional habilitado com Anotação de Responsabilidade Técnica-ART emitida pelo CREA;

II – O PMOC deve ser atualizado conforme legislação vigente ou quando da troca de algum equipamento de qualquer das câmaras;

9.2.4. Responsabilizar-se pela qualidade do serviço, reparando falhas e retrabalhos sem ônus, quando decorrentes de execução inadequada.

9.2.5. Manter condições de habilitação/regularidade exigidas no edital durante toda a vigência.

9.2.6. A CONTRATADA será integralmente responsável pela compatibilidade técnica das peças e componentes utilizados, devendo observar:

- a) especificações do fabricante do equipamento;
- b) capacidade elétrica, mecânica e térmica da câmara frigorífica;
- c) compatibilidade com o sistema já instalado.

9.2.7. A utilização de peças incompatíveis, inadequadas ou de procedência duvidosa será considerada falha grave de execução, sujeita às penalidades contratuais.

9.2.8. Alegações genéricas relativas a oscilações de energia elétrica não eximem a CONTRATADA de responsabilidade, salvo se comprovadas mediante:

- I – laudo técnico circunstanciado;
- II – registros de medição elétrica;
- III – nexos causal direto entre a falha elétrica e o dano ao equipamento.

9.2.9. Quando, excepcionalmente, o Sesc/AM fornecer peças por aquisição direta, a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução do serviço de instalação, substituição, ajustes e testes, sem qualquer ônus adicional, desde que a peça seja tecnicamente compatível.

9.2.9.1 A instalação de peças fornecidas pelo Sesc/AM não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela garantia do serviço executado.

9.2.10. A CONTRATADA deverá manter o local de execução dos serviços organizado, sendo expressamente vedado:

- a) deixar peças, componentes, ferramentas ou resíduos espalhados;
- b) abandonar materiais sem identificação;
- c) comprometer a circulação ou segurança das áreas de almoxarifado e nutrição.

9.2.10.1. Todo resíduo, peça substituída ou material inutilizado deverá ser removido pela CONTRATADA, salvo quando solicitado pela fiscalização para fins de conferência.

9.2.11. Os empregados da CONTRATADA deverão, obrigatoriamente:

- a) estar devidamente identificados, com crachá visível;
- b) utilizar uniformes e EPIs adequados às atividades executadas;
- c) portar ferramentas em condições seguras e organizadas.

9.2.12. O acesso às áreas onde se localizam as câmaras frigoríficas estará condicionado à anuência prévia da área responsável, especialmente quando se tratar de:

- a) Almoxarifado;
- b) Nutrição;

c) áreas com controle sanitário ou de estoque sensível.

9.2.13. A CONTRATADA deverá respeitar integralmente os protocolos internos de segurança, higiene e circulação definidos pelo Sesc/AM.

9.2.14. A CONTRATADA será responsável por danos, falhas operacionais ou perdas de materiais estocados decorrentes de:

a) manutenção preventiva não realizada ou realizada de forma inadequada;

b) falha corretiva não atendida dentro dos prazos estabelecidos;

c) utilização de peças incompatíveis ou instalação inadequada;

d) falhas técnicas que poderiam ser identificadas mediante monitoramento e diagnóstico preventivo.

9.2.14.1. Caracterizada a relação de causalidade entre a falha do serviço e a perda de materiais estocados, a CONTRATADA poderá ser responsabilizada administrativa e contratualmente, sem prejuízo da aplicação de sanções.

9.2.14.2. A responsabilização dependerá de registro formal da fiscalização, contendo:

I – relatório técnico do evento;

II – histórico de manutenções e chamados;

III – evidências da falha ou omissão da CONTRATADA.

9.3. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.3.1. A fiscalização acompanhará cronograma, SLAs, qualidade e conformidade dos relatórios, podendo solicitar correções.

9.3.2. A fiscalização manterá registro das ocorrências e das não conformidades para aplicação de glosas e sanções quando cabível.

9.4. DA SUBCONTRATAÇÃO:

9.4.1. Admite-se subcontratação parcial apenas para atividades acessórias, desde que:

a) previamente comunicada e autorizada pela CONTRATANTE;

b) não afaste a responsabilidade integral da CONTRATADA;

c) não implique perda do SLA.

9.5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.5.1. As penalidades serão estabelecidas e dosadas no instrumento convocatório, notadamente nas cláusulas contratuais, sendo que o inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas dará ao contratante o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas no instrumento convocatório ou no contrato, inclusive suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sesc.

9.5.2. Constituem hipóteses objetivas de infração contratual, passíveis de sanção:

a) não realização da manutenção preventiva mensal em qualquer câmara frigorífica;

b) descumprimento dos prazos de atendimento corretivo (SLA);

- c) utilização de peças incompatíveis ou sem comprovação técnica;
- d) execução de serviços sem identificação adequada dos profissionais ou sem uso de EPIs;
- e) abandono de materiais, peças ou resíduos nas áreas de execução;
- f) ausência ou inconsistência nos relatórios técnicos obrigatórios;
- g) reincidência de falhas técnicas que resultem em pane ou instabilidade operacional.

9.5.2.1. A fiscalização deverá registrar formalmente as ocorrências, mediante relatório circunstanciado, o qual subsidiará a aplicação de sanções e glosas.

9.5.2.2. A gradação das sanções deverá considerar:

I – a gravidade da infração;

II – o impacto operacional ou patrimonial;

III – a reincidência;

IV – a conduta da Contratada quanto à correção da falha.

9.5.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do Sesc à continuidade do contrato.

10 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será mensal, em até 15 (quinze) dias úteis após o atesto do fiscal respeitada a medição mensal.

10.2 Havendo glosa por indisponibilidade imputável à CONTRATADA, a CONTRATANTE comunicará o valor devido para emissão correta da nota fiscal.

10.3. As demais condições de pagamento e reajustes estão definidas na minuta contratual.

RAFAELE DA SILVA ROLA

Coordenação

Seção de Nutrição

SESC AM

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026 MODELO DE PROPOSTA DE COMERCIAL (papel timbrado da firma)

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ: TEL

ENDEREÇO:

OBJETO:

Tabela 1 – Valor mensal por equipamento

Tabela 2 – Composição do preço global

Preço Global (R\$) = (Somatório dos valores mensais de todos os equipamentos) × 12 meses.

Declaramos que estamos de acordo com os seguintes itens:

- 1) No preço acima estão inclusos todos os impostos, seguros, frete, taxas e quaisquer outras despesas relacionadas ao objeto.
- 2) A proposta apresentada contempla todas as exigências formais, especificações e condições constantes no Termo de Referência.
- 3) Esta proposta tem validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias.
- 4) Dados para depósito em conta: Nome do banco/Nome da agência/N.º da agência/N.º da conta corrente.
- 5) O abaixo assinado declara estar ciente de que não lhe caberá direito de exigir nenhuma multa ou indenização financeira, caso o Sesc-Am decida não o contratar.

Manaus, XX de XXXXXXXX de 202X.

Carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante legal

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
MINUTA DE CONTRATO

O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC, Departamento Regional do Amazonas, instituição de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, com sede no Município de Manaus, Estado do Amazonas, situado na Rua Henrique Martins, nº 427, Bairro Centro, CEP 69.010-010, inscrito no CNPJ sob o nº 03.965.963/0001-18, mantido e administrado pelo empresariado do comércio, neste ato representado por **XXX**, Sr(a). **XXX**, **XXX**, **XXX**, **XXX**, portador(a) do CPF nº **XXX**, residente e domiciliado(a) nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **XXX**, com sede na Rua **XXX**, nº **XXX**, Bairro **XXX**, CEP **XXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXX**, neste ato representada por **XXX**, Sr(a). **XXX**, **XXX**, **XXX**, **XXX**, portador(a) do CPF nº **XXX**, residente e domiciliado(a) em **XXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram entre si o presente instrumento contratual, em decorrência do julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026 – PGE**, o qual será regido pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, bem como pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CÂMARAS FRIGORÍFICAS (CONGELADOS E RESFRIADOS) INSTALADAS NAS UNIDADES DO SESC/AM, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA TÉCNICA, FERRAMENTAS, INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO, INSUMOS DE MANUTENÇÃO E EVENTUAL REPOSIÇÃO/SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E MONITORAMENTO DE TEMPERATURA**, de acordo com as Especificações Técnicas contidas no ANEXO - Termo de Referência e demais anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026 – PGE**, inclusive documentos e proposta apresentados pela **CONTRATADA** que, independentemente de transcrição, passam a fazer parte integrante do presente contrato.

1.2. A **CONTRATADA** declara ter pleno conhecimento das condições locais, operacionais e técnicas para a perfeita execução do objeto, não podendo alegar desconhecimento para eximir-se de suas obrigações.

1.3. O objeto abrange:

- a) manutenção preventiva programada (rotina mensal, conforme plano de manutenção);
- b) manutenção corretiva sob demanda (atendimento mediante chamado);
- c) diagnóstico técnico, realização de testes operacionais, calibração e ajustes;
- d) elaboração de relatórios técnicos e registros de execução por câmara e por unidade;

e) reposição de peças, quando necessária, conforme disciplina de autorização e orçamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O valor total do contrato é de R\$ XXX (valor por extenso), a ser pago pelo **CONTRATANTE** em parcelas mensais, correspondentes ao serviço do objeto do contrato, pelo período contratual, conforme condições e valores estabelecidos nos anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026 – PGE**.

2.2. O pagamento será efetuado mensalmente, em até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do atesto do fiscal do contrato, que deverá comprovar a disponibilidade e o regular funcionamento das unidades locadas, bem como a apresentação da documentação fiscal exigida.

2.3. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de crédito em conta bancária de titularidade da **CONTRATADA**, vinculada ao respectivo CNPJ, após a emissão e o devido atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato ou por quem este formalmente delegar poderes.

2.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida somente após a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, entre os dias 1º e 20 de cada mês. Notas Fiscais emitidas a partir do dia 21 deverão ser canceladas, sendo os custos decorrentes do cancelamento de inteira e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

2.5. A Nota Fiscal deverá conter, de forma correta e completa:

- a) os códigos fiscais aplicáveis;
- b) as quantidades, valores unitários e valores totais;
- c) a comprovação do recebimento pelo Sesc/AM;
- d) os dados bancários completos (nome e número do banco, agência e conta corrente), vinculados ao CNPJ da **CONTRATADA**;
- e) no campo “Dados Adicionais”, a legislação aplicável ou decisão judicial pertinente, nos casos de isenção, suspensão ou incentivos fiscais, quando houver.

2.6. Fica expressamente vedada à **CONTRATADA** a emissão de boletos bancários ou a negociação de títulos de crédito com instituições financeiras com base nos créditos decorrentes deste contrato.

2.7. Cada faturamento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos de regularidade fiscal:

- a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pela RFB ou PGFN;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, da

sede ou domicílio da **CONTRATADA**, ou Certidão de Não Contribuinte;

d) Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, da sede ou domicílio da **CONTRATADA**, ou Certidão de Não Contribuinte;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

2.8. Havendo erro na cobrança, ausência de documentos exigidos para o faturamento, recusa de aceitação do objeto pelo **CONTRATANTE** ou pendências da **CONTRATADA** perante terceiros, inclusive de natureza fiscal, trabalhista ou social, que possam prejudicar o **CONTRATANTE**, o faturamento será devolvido, ficando o prazo de pagamento automaticamente suspenso, sem qualquer ônus ao **CONTRATANTE**.

2.9. A **CONTRATADA** deverá manter a regularidade fiscal durante toda a vigência do contrato, sendo a sua não comprovação motivo suficiente para a rescisão unilateral por parte do **CONTRATANTE**, nos termos contratuais e normativos aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Do Escopo e dos Equipamentos Abrangidos

3.1.1. O objeto deste contrato compreende a execução de serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva, fornecimento de peças incluídas e monitoramento de temperatura das câmaras frigoríficas do Sesc/AM, conforme especificações técnicas estabelecidas neste instrumento e os Anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026 – PGE**.

3.1.2. As câmaras frigoríficas abrangidas encontram-se relacionadas conforme **ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA**, contendo identificação mínima de unidade/local, fabricante, modelo, número de patrimônio e/ou série (quando houver), tipo (resfriado ou congelado), capacidade, tensão elétrica, tipo de controladora/termostato e componentes relevantes.

3.1.3. Eventuais atualizações do inventário durante a vigência contratual, decorrentes da inclusão ou baixa de equipamentos, serão comunicadas formalmente pelo Sesc/AM à **CONTRATADA**, configurando ajuste meramente operacional, sem alteração do preço global contratado, salvo previsão expressa no edital, no orçamento base ou neste contrato.

3.2. Da Manutenção Preventiva

3.2.1. A manutenção preventiva será realizada mensalmente, abrangendo a totalidade das câmaras frigoríficas constantes do inventário, com a finalidade de prevenir falhas, assegurar desempenho adequado e garantir a segurança operacional.

3.2.2. A manutenção preventiva compreenderá, no mínimo: inspeção geral dos sistemas; medições elétricas; verificação, ajustes e calibração de controladores, termostatos e sensores; verificação do circuito de refrigeração; limpeza técnica de componentes; revisão e ajustes mecânicos; lubrificações; e testes operacionais e de estabilidade térmica.

3.2.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, cronograma mensal de manutenção preventiva, discriminado por unidade e por câmara frigorífica.

3.2.4. Cada visita preventiva deverá ser registrada em Relatório Técnico individualizado por câmara, contendo checklist, medições, eventuais não conformidades, recomendações técnicas e registros fotográficos, quando aplicável.

3.2.5. A não realização da manutenção preventiva em qualquer câmara frigorífica caracterizará falha na execução contratual, sujeitando a **CONTRATADA** às glosas e penalidades previstas neste contrato.

3.3. Da Manutenção Corretiva

3.3.1. A manutenção corretiva será executada sob demanda, com o objetivo de restabelecer o funcionamento das câmaras frigoríficas diante de falhas, defeitos ou anomalias operacionais.

3.3.2. Os chamados serão abertos pelo Sesc/AM por meio de canais oficiais de comunicação, devendo conter a identificação da unidade, do equipamento, a descrição do problema e o grau de criticidade.

3.3.3. A **CONTRATADA** deverá observar os seguintes prazos máximos de atendimento (SLA):

a) atendimento inicial: até 2 (duas) horas em horário comercial ou até 4 (quatro) horas fora do horário comercial;

b) visita técnica: até 24 (vinte e quatro) horas, quando houver risco ao armazenamento de alimentos.

3.3.4. O diagnóstico técnico e o prazo estimado de solução deverão ser apresentados na primeira visita, devidamente registrados em relatório.

3.3.5. Identificado risco de perda de estoque ou comprometimento da segurança sanitária, a **CONTRATADA** deverá orientar medidas técnicas de contingência, sem prejuízo das atribuições de gestão que competem exclusivamente ao Sesc/AM.

3.4. Das Peças, Materiais e Autorizações

3.4.1. A contratação adota o regime de PEÇAS INCLUÍDAS, devendo o preço global contratado abranger todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva, o fornecimento das peças e materiais previstos conforme **ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA**, bem como mão de obra especializada, ferramentas, EPIs, deslocamentos e demais custos indiretos.

3.4.2. As peças fornecidas deverão ser novas, originais ou homologadas pelo fabricante, tecnicamente compatíveis com os equipamentos existentes, sendo vedada a utilização de componentes reconicionados sem autorização expressa da fiscalização do contrato.

3.4.3. A substituição de componentes de maior relevância técnica dependerá de laudo técnico, orçamento detalhado e autorização prévia da fiscalização do contrato.

3.4.4. Não será admitida cobrança adicional por peças integrantes do escopo mínimo definido no Anexo II, devendo tais custos estar integralmente absorvidos no preço global contratado.

3.4.5. Peças extraordinárias, não previstas no **ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA**, somente poderão ser substituídas mediante diagnóstico técnico formal e autorização expressa da fiscalização do contrato.

3.5. Do Monitoramento e Controle de Temperatura

3.5.1. O monitoramento técnico da temperatura das câmaras frigoríficas integra o objeto contratual, como atividade essencial e indissociável das manutenções preventiva e corretiva.

3.5.2. A **CONTRATADA** deverá verificar o funcionamento dos controladores e termostatos, aferir a aderência das temperaturas aos parâmetros operacionais, identificar oscilações e registrar medições em relatórios técnicos.

3.5.3. A **CONTRATADA** deverá implantar e manter, durante toda a vigência contratual, sistema de monitoramento contínuo de temperatura, com sensores eletrônicos, registro histórico e emissão automática de alertas de desvios, por meio eletrônico, para os responsáveis indicados pelo Sesc/AM.

3.5.4. O sistema de monitoramento constitui ferramenta complementar, não substituindo as obrigações de manutenção preventiva e corretiva.

3.6. Da Garantia dos Serviços

3.6.1. A **CONTRATADA** garantirá os serviços executados em manutenções corretivas pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses quanto à mão de obra, bem como observará a garantia das peças fornecidas, conforme condições do fabricante ou fornecedor.

3.7. Para a perfeita execução do objeto, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. O presente contrato terá prazo de vigência e de execução de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da data da última assinatura eletrônica/digital pelas partes.

4.2. A vigência contratual poderá ser prorrogada por escrito, mediante termo aditivo e de comum acordo entre as partes, até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses, nos termos do art. 33 da Resolução SESC nº 1.593/2024, desde que mantidas as condições originalmente pactuadas e demonstrada a vantajosidade para a **CONTRATANTE**.

4.3. Quaisquer alterações de prazos, inclusive aquelas não caracterizadas como prorrogação, deverão ser devidamente justificadas por escrito e submetidas à aprovação prévia da **CONTRATANTE**, observada a legislação e a regulamentação aplicáveis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. O **CONTRATANTE** obriga-se a cumprir fielmente este instrumento e os Anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026 – PGE**, especialmente:

- a) Fornecer à **CONTRATADA** esclarecimentos necessários à execução dos serviços, visando otimizar sua realização e garantir qualidade;
- b) Fiscalizar a execução do contrato por funcionário designado, sem eximir a **CONTRATADA** de suas responsabilidades quanto à qualidade e cumprimento dos serviços;
- c) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre quaisquer problemas que comprometam os serviços ou justifiquem aplicação de multas e penalidades;
- d) Efetuar o pagamento nos termos e condições contratuais, mediante apresentação da Nota Fiscal e demais documentos exigidos;
- e) Agendar reuniões para esclarecimentos relacionados à execução dos serviços, quando necessário;

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir fielmente todas as disposições constantes deste instrumento contratual, dos anexos, do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026 – PGE**, bem como da proposta comercial apresentada, respondendo integralmente pela adequada execução do objeto contratado.

6.2. Constituem obrigações gerais da **CONTRATADA**, sem prejuízo de outras previstas neste contrato:

I – Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas no procedimento licitatório;

II – Disponibilizar, por sua exclusiva conta e responsabilidade, toda a mão de obra qualificada, materiais, equipamentos, ferramentas, peças, insumos e demais recursos necessários à completa e adequada execução dos serviços;

III – Assumir integral responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados, prepostos ou subcontratados e o **CONTRATANTE**;

IV – Arcar com as despesas de alimentação, transporte, assistência médica, uniformes e demais benefícios de seus empregados e prepostos;

V – Fornecer e exigir o uso adequado de todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs, observadas as normas legais e regulamentares de segurança do trabalho;

VI – Utilizar mão de obra qualificada, bem como materiais, peças e equipamentos novos ou em perfeitas condições de uso, compatíveis com as especificações técnicas dos fabricantes e suficientes à execução dos serviços;

VII – Garantir a qualidade, eficiência e continuidade dos serviços prestados, respondendo integralmente por falhas, vícios, defeitos, atrasos, retrabalhos ou irregularidades, obrigando-se a corrigi-los, repará-los ou substituí-los, às suas expensas, sem qualquer ônus ao **CONTRATANTE**;

VIII – Atender integralmente aos níveis de serviço (SLAs) estabelecidos, inclusive quanto aos prazos de atendimento, observada, quando aplicável, a visita técnica em até 24 (vinte e quatro) horas, conforme o grau de criticidade;

IX – Prestar, sempre que solicitado, informações, esclarecimentos, relatórios, checklists, registros técnicos e demais documentos relativos à execução contratual, mantendo histórico atualizado por câmara ou unidade durante toda a vigência do contrato;

X – Elaborar, implementar e manter atualizado o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, assinado por profissional legalmente habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART registrada no CREA, promovendo sua atualização sempre que houver alteração legislativa ou substituição de equipamentos;

XI – Responsabilizar-se integralmente pela compatibilidade técnica das peças, componentes e materiais utilizados, observando, cumulativamente:

- a) as especificações do fabricante do equipamento;
- b) a capacidade elétrica, mecânica e térmica das câmaras frigoríficas;
- c) a compatibilidade com os sistemas já instalados;

XII – Reconhecer que a utilização de peças incompatíveis, inadequadas, recondicionadas sem autorização ou de procedência duvidosa configura falha grave de execução, sujeitando-se às penalidades contratuais cabíveis;

XIII – Não se eximir de responsabilidade mediante alegações genéricas de oscilações de energia elétrica, salvo se comprovadas, de forma inequívoca, mediante:

- a) laudo técnico circunstanciado;
- b) registros de medições elétricas;
- c) demonstração do nexo causal direto entre a falha elétrica e o dano ao equipamento;

XIV – Permanecer integralmente responsável pela execução dos serviços de instalação, substituição, ajustes, testes e garantia técnica, ainda que, excepcionalmente, o **CONTRATANTE** forneça peças por aquisição direta, desde que estas sejam tecnicamente compatíveis;

XV – Manter os locais de execução dos serviços organizados, seguros e limpos, sendo expressamente vedado:

- a) deixar peças, ferramentas, componentes ou resíduos espalhados;
- b) abandonar materiais sem identificação;
- c) comprometer a circulação, a segurança ou as condições sanitárias das áreas atendidas;

XVI – Promover a remoção e destinação adequada de resíduos, peças substituídas ou materiais inutilizados, salvo quando a fiscalização solicitar sua retenção para fins de conferência;

XVII – Exigir que seus empregados e prepostos:

- a) estejam devidamente identificados, com crachá visível;
- b) utilizem uniformes e EPIs adequados às atividades executadas;
- c) portem ferramentas em condições seguras e organizadas;

XVIII – Submeter o acesso às áreas onde se localizam as câmaras frigoríficas à prévia anuência da área responsável do **CONTRATANTE**, especialmente em ambientes de almoxarifado, nutrição, controle sanitário ou estoque sensível;

XIX – Observar rigorosamente todos os protocolos internos de segurança, higiene, circulação e controle definidos pelo **CONTRATANTE**;

XX – Reparar ou indenizar, conforme o caso, quaisquer danos materiais, operacionais ou perdas de materiais estocados causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, desde que comprovada a relação de causalidade com:

- a) manutenção preventiva não realizada ou executada de forma inadequada;
- b) falha corretiva não atendida dentro dos prazos estabelecidos;
- c) utilização de peças incompatíveis ou instalação inadequada;
- d) falhas técnicas passíveis de identificação por monitoramento e diagnóstico preventivo.

6.3. A responsabilização da **CONTRATADA** pelos danos e perdas referidos no inciso XX dependerá de registro formal da fiscalização, acompanhado, no mínimo, de:

- I – relatório técnico circunstanciado;
- II – histórico de manutenções e chamados;
- III – evidências da falha, omissão ou inadequação na execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O **CONTRATANTE** exercerá a fiscalização do cumprimento do Contrato pela **CONTRATADA**, por empregados formalmente designados através de Ordem de Serviço, os quais serão responsáveis pela gestão, elaboração de normas ou procedimentos planejados para a perfeita execução do objeto contratual, pela fiscalização do objeto contratual e pela conferência das notas fiscais recebidas para pagamento e respectivo atesto.

7.2. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não exclui nem diminui a completa e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente.

7.3. Caso ocorra alguma irregularidade em consequência dos atos da **CONTRATADA**, o(s) ônus decorrente(s) deverá(ão) ser assumido(s) por esta, não havendo solidariedade passiva com o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1. A inexecução total ou parcial, a execução defeituosa, irregular ou inadequada dos serviços descritos no **ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA**, bem como o descumprimento de prazos, condições contratuais ou obrigações assumidas, sujeitará a **CONTRATADA**, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às penalidades previstas nesta cláusula, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

8.2. As penalidades aplicáveis poderão consistir em:

8.2.1. Advertência, por escrito, quando a infração for considerada de menor gravidade.

8.2.2. Multas, observados os limites máximos estabelecidos neste contrato, nos seguintes termos:

a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, por atraso injustificado no início da execução dos serviços. Ultrapassado o prazo sem início da execução por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, poderá ser instaurado procedimento de rescisão contratual;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida, pelo descumprimento de obrigações contratuais ou prazos previstos neste instrumento, quando não houver penalidade específica;

c) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida, em razão de atraso no pagamento de parcelas até a penúltima, observado que:

I – o valor retido a título de multa poderá ser restituído, com correção monetária, após o recebimento definitivo dos serviços, desde que a **CONTRATADA** conclua a execução dentro do prazo contratual;

II – a restituição dependerá de solicitação formal da **CONTRATADA** e de parecer favorável do **CONTRATANTE**;

d) 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato, pela ausência de apresentação da garantia contratual, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, instaurar procedimento de rescisão;

e) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) do valor do termo aditivo, pela demora na apresentação da garantia complementar, facultada ao **CONTRATANTE** a rescisão contratual;

f) 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato, pela não prorrogação da validade da garantia, sem prejuízo da rescisão;

g) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato, por atraso na execução dos serviços. Persistindo o atraso por mais de 20 (vinte) dias, caracterizar-se-á inadimplemento grave, podendo ser iniciada a rescisão contratual.

8.3. Na hipótese de reincidência ou quando o somatório das penalidades atingir o limite máximo de 10% (dez por cento), e sendo constatado prejuízo ao **CONTRATANTE**, poderão ser aplicadas outras sanções, inclusive a rescisão unilateral do contrato.

8.4. As multas aplicadas serão, preferencialmente, retidas e descontadas dos valores devidos à **CONTRATADA**, mediante prévia notificação.

8.5. Não sendo possível a retenção ou sendo insuficiente o valor a compensar, a **CONTRATADA** será formalmente notificada para efetuar o pagamento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da notificação, sob pena de cobrança judicial e instauração de procedimento de rescisão contratual.

8.6. As penalidades previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas de forma cumulativa e/ou sucessiva, respeitados os limites individuais de cada sanção.

8.7. A **CONTRATADA** ficará ainda sujeita às seguintes sanções administrativas:

a) impedimento de licitar e contratar com o Sesc pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 40 da Resolução SESC nº 1.593/2024;

b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 6 (seis) anos, nas hipóteses previstas no art. 41 da Resolução SESC nº 1.593/2024, especialmente nos casos de:

I – apresentação de declaração ou documentação falsa;

II – fraude na licitação ou na execução contratual;

III – comportamento inidôneo;

IV – prática de atos ilícitos destinados a frustrar os objetivos da contratação.

8.8. As multas poderão ser afastadas, a critério do **CONTRATANTE**, quando comprovada a ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e aceitos.

8.9. Sem prejuízo das penalidades previstas, o **CONTRATANTE** poderá exigir indenização por perdas e danos, nos termos do art. 389 do Código Civil e da legislação aplicável.

8.10. A **CONTRATADA** responderá, independentemente de culpa, pelos danos causados em decorrência dos produtos ou serviços fornecidos, nos termos do art. 931 do Código Civil, salvo quando comprovada culpa exclusiva do **CONTRATANTE** ou de terceiros.

8.11. Constituem infrações contratuais, passíveis de sanção, entre outras:

a) não realização da manutenção preventiva mensal;

b) descumprimento dos prazos de atendimento corretivo (SLA);

c) utilização de peças incompatíveis ou sem comprovação técnica;

d) execução de serviços sem identificação adequada ou sem uso de EPIs;

- e) abandono de materiais, peças ou resíduos nas áreas de execução;
- f) inconsistência ou ausência de relatórios técnicos obrigatórios;
- g) reincidência de falhas técnicas que comprometam a operação.

8.12. A fiscalização registrará formalmente as ocorrências por meio de relatório circunstanciado, que subsidiará a aplicação de sanções e eventuais glosas.

8.13. Na aplicação das penalidades, serão considerados, entre outros critérios:

- I – a gravidade da infração;
- II – o impacto operacional ou patrimonial;
- III – a reincidência;
- IV – a conduta da **CONTRATADA** na correção das falhas.

8.14. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Admite-se subcontratação parcial apenas para atividades acessórias, desde que:

- a) previamente comunicada e autorizada pela **CONTRATANTE**;
- b) não afaste a responsabilidade integral da **CONTRATADA**;
- c) não implique perda do SLA.

9.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. O não cumprimento de qualquer Cláusula ou condição deste Contrato importará sua rescisão imediata, a critério da parte adimplente, independentemente de aviso.

10.2. Ficará o presente Contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

- a) Por inadimplência de qualquer das partes;
- b) Recuperação judicial, falência ou liquidação da **CONTRATADA**;
- c) Fusão ou incorporação à outra empresa, sem prévia e expressa notificação ao **CONTRATANTE**;
- d) Incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé da **CONTRATADA**, devidamente comprovada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – NOVAÇÃO

11.1. A não utilização, pelo **CONTRATANTE**, de qualquer direito a ela assegurado neste contrato ou na lei geral, ou a não aplicação de quaisquer das sanções nele previstas, não importará em novações quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras, só terão eficácia se realizados nos termos do art. 37 da Resolução SESC nº 1.593/2024. Todos os recursos postos à disposição do **CONTRATANTE** neste contrato serão considerados cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação aos dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ANTICORRUPÇÃO

12.1. Na execução do presente contrato é vedado à **CONTRATADA** e/ou ao EMPREGADO seu, e/ou ao PREPOSTO seu, e/ou ao GESTOR seu:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a Funcionário do **CONTRATANTE** ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em Lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato;
- e) De qualquer maneira fraudar o presente contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. As Partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) (“LGPD”), e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os Dados Protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O **CONTRATANTE** se reserva ao direito de aumentar ou diminuir a quantidade do serviço, de acordo com sua demanda, em até 50% (cinquenta por cento), nas mesmas condições contratadas, conforme art. 38 da Resolução nº 1.593/2024.

14.2. Este contrato será assinado digitalmente nos termos da Lei nº 14.063/2020, garantindo a autenticidade, validade jurídica e a segurança dos dados. A autenticidade deste documento está comprovada nos arquivos de metadados que comprovam a autoria.

14.3. Fica expressamente proibida a **CONTRATADA** veicular publicidade comercial acerca do objeto deste Contrato sem prévia autorização do **CONTRATANTE**.

14.4. Após o interregno de 12 (doze) meses e desde que haja requerimento da **CONTRATADA**, o preço inicialmente contratado poderá ser reajustado mediante prévia negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, tendo como

limite máximo a variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, desde que menos oneroso ao **CONTRATANTE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme o art. 42, § 2.º da Resolução SESC nº 1.593/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro de Manaus/AM, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente contrato.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, as Partes firmam o presente instrumento constituído por meio eletrônico, para que se produzam os necessários efeitos legais, dispensada a assinatura de testemunhas, conforme autoriza o art. 784, §4º, da Lei nº 13.105/2015.

Manaus/AM, considerar a data da primeira assinatura eletrônica/digital.

XXX
Representante Legal
SESC/DR/AM
CONTRATANTE

XXX
Representante Legal
CONTRATADA XXX

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

(papel timbrado da firma)

Atesto, para fins de comprovação junto à Comissão Permanente de Licitação, que o Sr., portador da Carteira de Identidade Nº, expedida pelo (a) em __/__/__, representando nossa Empresa, compareceu ao local onde será executado o objeto da Licitação em epígrafe, tomando conhecimento de todas as condições e peculiaridades que possam, de qualquer forma, influir sobre o custo, preparação de documentos e proposta e a execução do objeto da Licitação.

Local, de de 2026.

.....
Carimbo e Assinatura do Representante Legal

INSTRUÇÕES:

- a) A visita técnica deverá ser realizada até **24 (vinte e quatro) horas antes da licitação** e deverá ser **previamente agendada**, através dos seguintes números de telefone:
- **Coordenação Nutrição – Telefone: (92) 99113-4577**
 - **Almoxarifado – Telefone: (92) 8127-4111**
- b) Este documento deverá ser apresentado, no momento da visita, para colaborador responsável pela visita, que após sua realização, o atestará através de assinatura e carimbo e após ser incluído no Sistema conforme “9.1.2.b”.

ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA
(papel timbrado da firma)

Declaro, para fins de comprovação junto à Comissão Permanente de Licitação, que o Sr., portador da Carteira de Identidade Nº expedida pelo (a), representante legal da Empresa, CNPJ nº....., Endereço....., telefone....., email..... renuncia à Visita Técnica aos locais e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital nº 010/2026-PGE, e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessário à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Local, de de 2026.

.....
Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTOS

Nº Patrimonial	Tipo de Câmara	Data de Aquisição	Valor (R\$)	Unidade/Local
0000016991	Câmara Frigorífica p/ Carnes	03/01/2008	39.964,14	Restaurante Balneário
0000016992	Câmara Frigorífica p/ Congelados	03/01/2008	39.964,10	Restaurante Balneário
0000016996	Câmara Frigorífica p/ Lixo Frio	03/01/2008	25.374,82	Restaurante Balneário
0000016993	Câmara Frigorífica p/ Legumes	03/01/2008	31.894,96	Restaurante Balneário
0000017604	Câmara Frigorífica p/ Congelados	04/04/2008	34.300,00	Restaurante Centro
0000017605	Câmara Frigorífica p/ Resfriados	04/04/2008	34.300,00	Restaurante Centro
0000015600	Câmara Frigorífica p/ Resfriados	20/10/2005	16.500,00	Parque Aquático II
0000028402	Câmara Frigorífica de Congelados	12/07/2019	27.500,00	Area Externa Mesa Brasil
0000028403	Câmara Frigorífica de Resfriados	12/07/2019	27.500,00	Area Externa Mesa Brasil
0000028404	Câmara Frigorífica de Congelados	12/07/2019	24.000,00	Area Externa Mesa Brasil
0000016992	Câmara Frigorífica p/ Congelados	03/01/2008	39.964,10	Restaurante Balneário// Compartilhada com a Nutrição
0000016993	Câmara Frigorífica p/ Legumes	03/01/2008	31.894,96	Restaurante Balneário// Compartilhada com a Nutrição
0000016994	Câmara Frigorífica p/ Peixes	03/01/2008	31.894,96	Almoxarifado Balneário / Gêneros Alimentícios

ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

**RELAÇÃO DE PEÇAS MÍNIMAS PARA SUBSTITUIÇÃO (SE NECESSÁRIO) DE
RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

1- UNIDADE COMPRESSORA / CONDENSADORA

Integram este conjunto os componentes responsáveis pela compressão do fluido refrigerante e rejeição do calor do sistema.

Peças mínimas contempladas:

- Motores dos ventiladores do condensador;
- Hélices, grades de proteção e suportes;
- Pressostatos de alta e baixa pressão;
- Transdutores de pressão;
- Separador de óleo;
- Acumulador de sucção;
- Reservatório de líquido;
- Válvulas de serviço, retenção e esfera;
- Filtros secadores e elementos filtrantes;
- Visores de líquido com indicador de umidade;
- Controladores de capacidade;
- Contatores, relés e demais dispositivos eletromecânicos;
- Disjuntores e protetores térmicos;
- Capacitores;
- Correias e polias, quando aplicável;
- Bases e coxins antivibratórios.

2. UNIDADE EVAPORADORA

Conjunto destinado à absorção da carga térmica do ambiente refrigerado.

Peças mínimas contempladas:

- Motores dos ventiladores;
- Hélices;
- Resistências elétricas de degelo;
- Resistências de dreno;
- Sensores de temperatura ambiente e da serpentina;
- Termostatos de controle e segurança;
- Controladores de degelo;
- Bandejas coletoras;
- Fusíveis;
- Chicotes elétricos;
- Defletores de ar;
- Suportes e elementos de fixação.

3. DISPOSITIVOS DE EXPANSÃO E CONTROLE DO FLUIDO REFRIGERANTE

Responsáveis pela regulação do fluxo e estabilidade operacional do sistema.

- Válvulas de expansão termostáticas;
- Válvulas de expansão eletrônicas;
- Bulbos sensores;
- Válvulas solenóides e respectivas bobinas;
- Reguladores de pressão;
- Válvulas de retenção;
- Válvulas de esfera;
- Kits de reparo compatíveis.

4. REDE FRIGORÍFICA E MATERIAIS DE INSTALAÇÃO

Materiais aplicáveis em reparos, substituições e adequações das linhas frigoríficas.

- Tubulações de cobre de diversos diâmetros, conforme norma aplicável;
- Conexões, luvas, têes e curvas;
- Isolamento térmico elastomérico;
- Fitas de acabamento e vedação;
- Abraçadeiras, suportes e elementos de fixação;
- Ligas de solda com prata;
- Nitrogênio para brasagem e testes de estanqueidade;
- Detector eletrônico de vazamentos;
- Materiais para recomposição do isolamento.

5. SISTEMA ELÉTRICO E DE AUTOMAÇÃO

Componentes destinados ao comando, proteção e monitoramento do sistema.

- Controladores eletrônicos de temperatura;
- Displays digitais;
- Temporizadores de degelo;
- Relés, contadores e interfaces;
- Disjuntores;
- Bornes e conectores;
- Cabos elétricos;
- Sensores diversos;

6. FLUIDOS, GASES E INSUMOS

Materiais indispensáveis à execução das rotinas de manutenção.

- Fluidos refrigerantes em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- Óleo lubrificante compatível com os compressores;
- Fluidos para limpeza do circuito frigorífero;
- Produtos descarbonizantes;
- Soluções bactericidas e fungicidas para higienização;
- Espumas e agentes de limpeza técnica.

7. COMPONENTES ESTRUTURAIS E DE SEGURANÇA DA CÂMARA

Itens essenciais para a integridade do ambiente frigorificado e segurança operacional.

- Cortinas de PVC polar;
- Resistências de aquecimento do marco da porta;
- Gaxetas de vedação;
- Dobradiças;
- Fechaduras e dispositivos antipânico;
- Válvulas de equalização de pressão;
- Luminárias próprias para baixa temperatura;
- Interruptores selados;
- Reparos em vedação térmica.

ANEXO VIII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

RELAÇÃO DE SERVIÇOS MÍNIMOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

A CONTRATADA, em cumprimento de suas obrigações contratuais, deverá executar, no mínimo, os seguintes serviços de manutenção preventiva nos equipamentos de refrigeração por câmaras frias instaladas no restaurante nas dependências do Balneário do SESC/AM.

1- UNIDADES CONDENSADORAS

Mensalmente:

- 1) Verificar a existência de objetos indesejáveis na área destinada às condensadoras.
- 2) Verificar níveis de vibração e ruído das condensadoras.
- 3) Verificar o estado do isolamento térmico próximo a unidade condensadora.
- 4) Verificar existência de hélices trincadas, quebradas e/ou desbalanceadas.
- 5) Verificar a fixação da grade de proteção da hélice do ventilador.
- 6) Verificar o sentido de rotação da hélice e, em funcionamento, verificar o sentido do fluxo de ar.
- 7) Verificar a fixação das tubulações de cobre próximas a unidade condensadora.
- 8) Verificar a existência e situação das tampas do equipamento, bem como a existência de todos os parafusos.
- 9) Verificar no corpo da condensadora vestígios de óleo e possíveis pontos de vazamento.
- 10) Verificar integridade dos pontos de solda e de conexões roscadas.
- 11) Verificar ausência de tampas em todas as válvulas de serviço existentes.
- 12) Verificar aperto dos terminais elétricos da entrada de força R, S e T.
- 13) Verificar a existência de sujeira, poeira ou corpo estranho dentro do quadro elétrico. Não utilizar removedor químico (benzina, thinner ou solventes) na limpeza.
- 14) Inspeccionar visualmente a existência de pontos de oxidação ou a existência de cabos ou conectores soltos.
- 15) Verificar se os valores da tensão da rede nos bornes R, S e T estão dentro da faixa aceitável.
- 16) Verificar a existência de alarmes atuantes e último alarme.
- 17) Fazer a leitura dos dados exibidos no display e anotá-los na ficha apropriada.

Semestralmente:

- 18) Isolamento elétrico: Verificar com Megômetro, aplicando 500Vcc, isolamento mínimo de 1 megaohms.
- 19) Verificar estado do fusível.
- 20) Verificar estado do contator, dos contatos e ruído de funcionamento após 3 min – on / off.
- 21) Relé: Verificar funcionamento on / off.
- 22) Filtro do Ciclo: Verificar diferença de temperatura entre a entrada e saída do filtro. Se houver diferença de temperatura, o filtro está obstruído.

- 23) Pressostato: Verificar a pressão de desarme: R410A = 4,00~4,10 Mpa.
- 25) Válvula de 4 vias: Comutar de modo esfriar para aquecer. Verificar ruído no instante da mudança.
- 26) Motor do ventilador: Verificar com Megômetro, aplicando 500Vcc, isolamento mínimo de 3 megaohms.
- 27) Compressor: Verificar com Megômetro, aplicando 500Vcc, isolamento mínimo de 3 megaohms.
- 28) Compressor: Verificar estado da borracha anti-vibração. Caso ressecada, sem flexibilidade substituir.
- 29) Compressor: Verificar estado de capa isolante do compressor (sem rachadura).
- 30) Aquecedor de óleo: Verificar funcionamento.
- 31) Aterramento: Verificar estado do aterramento.

2 - UNIDADES EVAPORADORAS

Mensalmente:

- 1) Retirar e limpar os filtros de ar.
- 2) Verificar a existência de cabos elétricos amassados, parcialmente rompidos e/ou com isolamento danificado.
- 3) Verificar a existência e condição das tampas do equipamento, bem como a existência de todos os parafusos.
- 4) Verificar no corpo da evaporadora vestígios de óleo / possíveis pontos de vazamento.
- 5) Inspeccionar visualmente a existência de pontos de oxidação ou a existência de cabos ou conectores soltos.
- 6) Verificar o aperto dos terminais elétricos de entrada de força R, S e T.
- 7) Verificar a existência de sujeira, poeira, corpo estranho ou umidade dentro do quadro elétrico.
- 8) Verificar se os valores da tensão da rede nos bornes R, S e T estão dentro da faixa aceitável.
- 9) Verificar a existência de alarmes atuantes na placa receptora de sinal.
- 10) Verificar se há condensação da serpentina evaporadora com a mesma ligada apenas em ventilação.
- 11) Verificar se há desbalanceamento dos rotores.
- 12) Verificar se painéis de acabamento estão trincados.

Bimestralmente:

- 13) Gabinete: Verificar estado de limpeza. Não utilizar removedor químico (benzina, thinner ou solventes). Verificar isolamento termoacústico.
- 14) Bandeja de dreno: verificar vazamento de água. Lavar a bandeja e desobstruir o dreno.
- 15) Verificar fixação dos painéis.
- 16) Verificar funcionamento dos controles remotos.

Semestralmente:

- 17) Isolamento Elétrico: Verificar com Megômetro, aplicando 500Vcc, isolamento mínimo de 1 megaohms.
de 3 megaohms.
- 19) Trocador Aletado: Verificar estado da serpentina.

- 20) Conexão: Verificar vazamento de refrigerante nas conexões roscadas.
- 21) Bomba de dreno: Verificar se água condensada está fluindo normalmente.
- 22) Boia de dreno: Verificar atuação da boia de dreno.